

Artigo recebido em
20/03/2014
Aprovado em
04/04/2014

CAMILA MARCHESAN
CARGNELUTTI

Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)
camila.m.cargnelutti@
gmail.com
Discente do Programa
de Pós-Graduação em
Letras da UFSM. Jornalista
formada pela UFSM.

VIVIANE BORELLI

Universidade Federal de
Santa Maria (UFSM)
viviborelli10@gmail.com
Docente do Programa
de Pós-Graduação em
Comunicação da UFSM.

“É tempo de construir o Brasil Grande”: a legitimação da ditadura civil-militar nos editoriais do jornal Zero Hora - RS

Camila Merchesan Cargnelutti e Viviane Borelli

Resumo

A pesquisa busca mostrar a forma como o jornal Zero Hora (ZH) referenciou os aniversários do golpe de 1964 ao longo da ditadura civil-militar brasileira. Objetiva-se analisar os discursos dos editoriais de ZH, identificar seu posicionamento frente ao episódio que deflagrou 21 anos de ditadura no país e observar possíveis silenciamentos ao longo desse período. O aporte teórico-metodológico utilizado é a Análise de Discurso (AD), que permite uma análise contextualizada com a conjuntura sócio-histórica do momento. A pesquisa aponta para a construção de discursos que procuram legitimar, por meio de distintas estratégias discursivas, a ditadura civil-militar brasileira, como através da reafirmação do ideário revolucionário, da divulgação do desenvolvimento econômico do período e da caracterização da nova fase, iniciada a partir de 1964, como um tempo de esperança, harmonia e crescimento acelerado.

Palavras-chave

Zero Hora, Discurso, Golpe Civil-Militar, Ditadura Civil-Militar.

Abstract

The research seeks to show how the newspaper Zero Hora (ZH) made reference to the anniversaries of the 1964 coup d'état during the Brazilian civil-military dictatorship. The objective is to analyze the speeches of editorials in the ZH, identify its position relative to the episode that sparked 21 years of dictatorship in the country and observe possible silences during that period. The theoretical-methodological approach used is Discourse Analysis (DA), which allows a contextualized analysis with the socio-historical context of the time. The research points to the construction of discourses that seek to legitimize, through distinct discursive strategies, the Brazilian civil-military dictatorship, through the reaffirmation of the revolutionary ideals, promotion of economic development for the period and the characterization of the new phase started from 1964 as a time of hope, harmony and accelerated growth.

Keywords

Zero Hora, Discourse, Civil-Military Coup, Civil-Military Dictatorship.

Um novo jornal para um novo regime

Em 4 de maio de 1964, o Rio Grande do Sul amanheceu com um novo título nas bancas de jornais: *Zero Hora* (ZH).

Na verdade, o título não parecia assim tão diferente de um anterior, ao qual os leitores do estado já estavam acostumados. *Zero Hora* foi lançado pouco mais de um mês após o golpe civil-militar de 1964, a partir do fechamento, por motivações políticas, da edição gaúcha do jornal *Última Hora* (UH). Apesar da semelhança no nome e de ter nascido graças à compra dos equipamentos gráficos de seu antecessor, uma das primeiras preocupações do novo diário foi diferenciar-se dos posicionamentos ideológicos defendidos nas páginas de UH.

Em meio ao apoio massivo que o golpe civil-militar de 1964 recebeu por parte da grande imprensa, o jornal *Última Hora* foi uma das raras exceções representativas que defendeu o governo do presidente João Goulart e a manutenção da constitucionalidade frente à sublevação militar. Por conta de seus posicionamentos políticos e ideológicos e do grande alcance do jornal entre as classes populares, logo após o estabelecimento da ditadura no país, os militares buscaram dismantelar o jornal opositor. A edição gaúcha de UH foi fechada ainda em abril de 1964. Equipamentos, máquinas de escrever, câmeras fotográficas, lambretas, carros e o arquivo de fotos foram vendidos, possibilitando a criação de *Zero Hora*.

Em seu editorial inaugural, publicado na data de seu lançamento, *Zero Hora* deixa claro seu posicionamento

editorial: gaúcho, democrático, sem ligações políticas, que tem como lema “servir ao povo” e lutar por seus direitos e reivindicações. Ao mesmo tempo, procura desvincular-se de seu antecessor e autoafirmar-se como um novo veículo impresso na cena gaúcha. Para tanto, esclarece: “Nasce hoje um novo jornal”, “O aparecimento de *Zero Hora*, totalmente desligada da Rede Nacional de jornais que anteriormente editava *Última Hora*” (*Zero Hora*, 4 de maio de 1964).

A opinião de uma empresa jornalística apresenta-se oficialmente através do editorial, considerado como o espaço de demarcação da visão e da voz do jornal. Em um contexto ditatorial há que se levar em conta também o rigoroso controle sobre os meios de comunicação, buscando calar vozes dissonantes e legitimar-se no poder. Desde a instauração da ditadura no país, o governo procurou manter a mídia sob controle e, a partir do Ato Institucional nº 5, as arbitrariedades dirigidas à imprensa tornaram-se ainda mais acentuadas, com a institucionalização da censura e com o início da fase mais repressiva da ditadura.

Apesar da censura que atingia os meios de comunicação, é importante destacar que não se pode idealizar a atuação da imprensa na luta contra o cerceamento da liberdade de expressão. Havia vantagens e oportunidades aos veículos que aceitavam a censura, que colaboravam com os militares ou que se alinhavam ideologicamente à “Revolução”.

Após essa breve contextualização, questionamo-nos sobre a forma como o aniversário do golpe de 1964 foi mostrado ao longo da ditadura civil-militar brasileira nos editoriais de *Zero Hora*. Objetivamos, fundamentalmente, analisar os editoriais

de *Zero Hora* referentes ao golpe de 1964 nas datas comemorativas desse episódio, considerando o contexto histórico, político e social em que o jornal está inserido. Busca-se também identificar seu posicionamento e observar possíveis silenciamentos em seus discursos.

A pesquisa documental foi realizada no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa¹, em Porto Alegre. Foram consultadas as edições próximas ao aniversário do golpe (30/03, 31/03, 01/04, 02/04 e 03/04) e coletados os editoriais com menção ao aniversário do golpe. O estudo compreende o período entre o primeiro aniversário da ditadura no Brasil, em 1965, e o último aniversário, em 1984². Antes de fazermos a análise dos editoriais, cabe discutir brevemente alguns dos conceitos, definições e problematizações que constituem os aportes teórico e metodológico que guiaram a pesquisa.

A constituição dos discursos

De acordo com Eni Orlandi (2009, p. 15) a “Análise de Discurso concebe a linguagem como a mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”. A AD trabalha com o discurso inserido no mundo, na história, relacionando a linguagem à exterioridade. Dessa forma, a AD ajuda na problematização da interpretação de um discurso e contribui para percebermos que a neutralidade não existe. Em resumo, através da AD procura-se compreender de que forma um discurso produz sentidos, conforme explica Orlandi (2009):

Os dizeres não são [...] apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que

são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi (ORLANDI, 2009, p. 30).

Benetti (2010, p. 108-109) corrobora que se compreendemos o discurso como uma construção intersubjetiva inserida num contexto histórico, social e cultural necessariamente “somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos”. É justamente na relação entre linguagem e exterioridade que se constitui o discurso – logo, sua análise é intrinsecamente dependente desses fatores.

Para Milton José Pinto (2002, p. 11), a AD busca “descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos” vinculados a um determinado discurso na sociedade. A definição de discurso implica entendermos que os textos são construídos dentro de um contexto sócio-histórico e, dessa forma, representam papel fundamental da reprodução, manutenção ou transformação de representações, relações sociais e identidades (PINTO, 2002).

O entendimento da relação do discurso com seu contexto implica também a compreensão de que não existe discurso sem sujeito e que tampouco existe sujeito

*1- No site podem ser encontradas mais informações sobre o acervo e projetos desenvolvidos pelo Museu: <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/>
A eleição do primeiro presidente civil aconteceu em janeiro de 1985, o que configura oficialmente o fim da ditadura no país, portanto este ano não foi contabilizado para a análise.*

sem ideologia. Conforme Orlandi (2009), o discurso é o lugar em que se podem observar as relações entre linguagem e ideologia, compreendendo-se como nessa relação ocorre a produção de sentidos por e para os sujeitos. Ainda de acordo com Orlandi (2009, p. 38), “todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa. Nas

É através da mobilização e apropriação da língua transformada em discurso que o locutor estabelece relações com o mundo

palavras dos sujeitos. Como dissemos, o discurso é o lugar do trabalho da língua e da ideologia”.

Como todos os discursos, aqueles produzidos pelas mídias se fazem por meio de processos de enunciação. Baseados nos estudos desenvolvidos por Benveniste, Teixeira e Flores (2005, p. 35) afirmam que “enunciar é transformar individualmente a língua – mera virtualidade – em discurso”. Assim, de acordo com os autores é através da mobilização e apropriação da língua transformada em discurso que o locutor estabelece relações com o mundo. Além disso, Teixeira e Flores (2005, p. 37) destacam que “o uso da língua é sempre instaurador de sentidos novos”.

Assim, o discurso é construído por sujeitos e suas subjetividades, relacionadas ao contexto sócio-histórico

em que estão inseridos e a seus interesses ideológicos. É importante ressaltar que o discurso depende dos sujeitos para existir e isso significa que ele é produzido por esses sujeitos – não somente pelo autor do discurso, como também pelo sujeito que o lê (BENETTI, 2010). Dessa forma, um discurso não possui uma única interpretação possível, mas variadas possibilidades de interpretação. De acordo com Benetti (2010, p. 108), “dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação”.

Um conceito fundamental para a metodologia de AD é o de formação discursiva (FD). Orlandi (2009, p. 43) define uma FD como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Para Pinto (2002, p. 59), a definição é semelhante: uma FD designa “todo o sistema de regras que fundam a unidade de um conjunto de enunciadores sócio-historicamente circunscritos, determinando o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição ideológica numa determinada conjuntura”.

A partir dessa discussão inicial sobre discurso, detalhamos como foi definido o *corpus* de análise. Após coletar todos os editoriais do período, fizemos uma leitura cuidadosa para identificar possíveis recorrências que pudessem levar à criação de categorias de análise. Nem todas as edições coletadas (30/03, 31/03, 01/04, 02/04 e 03/04) de todos os anos continham editoriais com referências ao aniversário do golpe. Dentre as que tinham, selecionamos apenas os

editoriais que se referiam diretamente ao episódio. Dessa forma, os editoriais que se referiam ao golpe de forma indireta foram desconsiderados para que o foco da pesquisa fosse mantido e respondêssemos o problema de pesquisa proposto. Desconsideramos também os editoriais que eram repetitivos e que continham temas já representados em outros, ficando, ao final, com um *corpus* constituído de 14 editoriais.

Para melhor sistematização da análise, os editoriais foram numerados de acordo com a ordem temporal e nomeados de acordo com o título, seguindo-se a abreviação E1, E2, E3 – Editorial 1, Editorial 2, Editorial 3 – e assim por diante. Essa opção é decorrente da compreensão do editorial como um discurso constituído de várias formações discursivas. Assim, dentro de um mesmo editorial encontramos diversas FDs, que são analisadas separadamente de acordo com cada categoria de análise. Entendemos que as categorias a seguir explicitadas foram definidas também para uma melhor sistematização dos dados. Elas não são independentes, mas complementares e estão relacionadas, seja pelo conteúdo ou pelo período histórico que representam.

“Um país à beira do abismo”

Nessa primeira categoria encontramos marcas da caracterização da situação econômica, política e social do país anterior ao golpe de 1964, tais como a crise econômica, de crédito e inflacionária, a ineficiência do governo e o estado “caótico” do país sob o comando de Goulart. Essas marcas discursivas podem

ser observadas em diversos editoriais analisados. Por exemplo, o Editorial 1, publicado em 1967, define como um dos princípios básicos da “Revolução” a cura da economia nacional, “dessa angústia pela inflação galopante e pela corrupção generalizada”. Nesse sentido, de acordo com o editorial os “próceres distintos de articulações revolucionárias” sublevaram-se em 1964 em reação à “anarquia que se instaurava no país”.

Uma das estratégias discursivas utilizadas nos editoriais de ZH para reforçar a situação “caótica” do governo de Jango é a comparação entre o contexto brasileiro pré-golpe e o período de modernização e crescimento alcançado com a “Revolução”. Por meio de seus discursos, os editoriais de *Zero Hora* reforçam as proporções da crise econômica que atingia o Brasil e a ineficiência do governo de João Goulart para controlá-la ou superá-la.

No E6, de 1972, a insustentabilidade da situação do país durante o governo de Jango é corroborada através da seguinte formação discursiva: “nunca o Brasil esteve tão à beira do abismo, para usar a imagem consagrada”. Frente à situação de crise em que se encontrava o país, os editoriais de *Zero Hora* constroem discursos que caracterizam o “Movimento Revolucionário de 1964” como uma necessidade e, mais que isso, inevitável. Dessa forma, ZH demarca seu posicionamento editorial e mostra aquilo que deseja que os leitores saibam (MOUILLAUD, 2002).

Nota-se também que, mesmo vários anos após o golpe civil-militar e com uma ditadura plenamente instaurada no país, os editoriais de ZH continuavam

a relembrar o contexto de crise e atraso em que se encontrava o Brasil governado por Jango. A caracterização do período anterior ao golpe como de “desesperança”, “descrença” e “desânimo” somada à listagem de benefícios que a “Revolução” estaria alcançando funciona como uma forma de legitimação do golpe e de justificativa para a continuidade da ditadura civil-militar deflagrada por ele.

“Luta sem tréguas ao comunismo”

Conforme abordado anteriormente, o período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 foi de intensa manifestação da imprensa da época contra o governo e a política de João Goulart, bem como de forte propaganda anticomunista nas páginas de editoriais e notícias. Após a instauração da ditadura civil-militar no Brasil, a imprensa continua com esse movimento de propaganda anticomunista, que viria a se fortalecer novamente no governo Médici (1969-1974), considerado o período mais repressivo da ditadura brasileira. Nessa segunda categoria – “Luta sem tréguas ao comunismo” –, encontramos marcas da construção de discursos com características anticomunistas nos editoriais de *Zero Hora*.

Podemos evidenciar essa situação, por exemplo, no E6, de 1972, no qual percebe-se a associação do governo de João Goulart ao comunismo. Assim, também a ineficiência do governo e o estado “caótico” em que se encontrava o país, apontados em muitos editoriais e analisados na categoria anterior, estavam relacionados a ideologias esquerdistas que se sobressaíam no contexto que

antecedeu o golpe de 1964. Guareschi (2010) afirma que a mídia foi muito eficiente em demonizar o comunismo e, simultaneamente, associar o governo Goulart a ideologias comunistas.

Um dos principais argumentos dos militares e apoiadores civis em geral para a defesa da ruptura política em 1964 era a preocupação com a iminente implantação de uma “República Sindicalista” (ARNS, 1985). No E7, de 1973, temos a comprovação desse temor das classes conservadoras brasileiras, que “se levantaram contra uma ditadura de esquerda cujos contornos eram perfeitamente visíveis então”. Ainda nesse editorial, observa-se a associação da derrubada de João Goulart da presidência com o término de um “período do paternalismo, da demagogia, do Governo dos ricos-ociosos, paradoxalmente exercido em nome dos trabalhadores do Brasil”. Essa relação não acontece em vão – Jango era visto como o herdeiro político do populismo de Vargas, herdando também oposições ferrenhas daquele em seu governo. Abaixo o trecho onde o E7 associa o golpe de 1964 ao fim do “Ciclo de Vargas”:

Encerrava-se, a 31 de março de 1964 – pelo menos assim entendiam os responsáveis pelo movimento vitorioso – aquilo que o historiador Hélio Silva intitulou O Ciclo de Vargas. Findava, então, o período do paternalismo, da demagogia, do Governo dos ricos-ociosos paradoxalmente exercido em nome dos trabalhadores do Brasil (E7, *Zero Hora*, 31 de março de 1973, p. 4).

No E8 de 1975, novamente, reafirma-se o perigo comunista que ameaçava o país em 1964 e que a “Revolução”, naquele contexto, foi o resultado da

interpretação dos anseios da maioria da população, recompondo as esperanças populares “ameaçadas de destruição por uma minoria, cujos interessados não se coadunavam com as mais caras aspirações da nacionalidade”. De maneira implícita, *Zero Hora* refere-se aos comunistas como uma parcela da população cujos interesses não estavam de acordo com o que a maioria da nação brasileira aspirava à época e que, inclusive, era responsável pela ameaça de destruição das esperanças populares. Percebe-se que em seus editoriais, ZH constrói o referente do qual seu texto fala e ao mesmo tempo distribui valores negativos, de modo a posicionar-se claramente contra ele.

Ao justificar o golpe civil-militar de 1964 como a interpretação da vontade popular ou como uma “autodefesa” da sociedade ante a “investida do totalitarismo” (E11, de 1980), o jornal contribui para a propagação de ideologias anticomunistas e, mais ainda, para a legitimação de uma ruptura institucional que deflagrou um período de 21 anos de ditadura no país. Dessa forma, o jornal também deixa entrever seu posicionamento editorial e ideológico, mostrando que a relação entre linguagem e exterioridade repercute e constitui um discurso e que este só é construído a partir de configurações ideológicas, que também determinam a construção de sentidos (BENETTI, 2010).

“Uma nova Nação”

Durante a ditadura civil-militar brasileira, as propagandas e comunicações oficiais costumavam retratar uma nação vivendo em harmonia, paz e progresso acelerado. Os tempos de crise anteriores

à intervenção militar eram associados a um passado distante, dando a entender que não somente o desenvolvimento alcançado através do “Movimento Revolucionário” havia deixado esse passado para trás, como também reafirmando implicitamente que ele não irá voltar. Nesse contexto, a mídia teve um papel fundamental na divulgação da propaganda política, bem como na amplificação de ideias nacionalistas. Nessa categoria, encontramos nos editoriais de ZH algumas marcas discursivas que remetem a essa “nova Nação” e identificamos algumas formas de expressão desse ufanismo, como a exaltação da data do aniversário do golpe civil-militar e a demonstração de esperança e confiança no futuro do país.

Ao justificar o golpe como interpretação da vontade popular, o jornal contribui para propagação de ideologias anticomunistas

No E4, de 1971, por exemplo, podemos constatar a caracterização da nação que surge a partir de 1964 como um período marcado por transformações positivas e avanços econômicos. De diversas maneiras, os discursos de ZH procuram reforçar sentimentos de confiança, otimismo e nacionalismo, como pode ser percebido nos trechos a seguir: “Com efeito, reacenderam-se as esperanças do povo brasileiro”, “despertou-se o seu

espírito cívico”, “desapareceu o sentimento de inferioridade diante de outros povos” e “criou-se a consciência de que a nossa capacidade de trabalho e de suportar sacrifícios é bastante para arrancar o País em direção do desenvolvimento integral” (E4, de 1971).

Ao exaltar a data do aniversário do “Movimento Revolucionário”, ao enaltecer as transformações no contexto brasileiro pós-golpe e ao estimular ações que procuram despertar o espírito cívico e sentimentos de nacionalismo ou de construção coletiva do futuro da nação, *Zero Hora* orienta a postura do leitor frente àquele discurso (MOUILLAUD, 2002) e contribui para a legitimação das ideias defendidas neste período. Essa legitimação também ocorre ao associar a instauração de uma ditadura civil-militar ao início de uma “nova Nação” e, simultaneamente, caracterizá-la como um tempo de esperança, otimismo, crescimento acelerado e confiança num futuro melhor.

Além disso, ZH utiliza letras maiúsculas para referir-se à Pátria, Nação, Movimento Revolucionário, Revolução, Movimento de 31 de Março, reforçando sentimentos de valorização da nação, de patriotismo e civismo – sentimentos fundamentais para a manutenção da unidade e da “ordem” de uma nação em um período de exceção.

“Construindo o Brasil Grande”

O desenvolvimento econômico alcançado durante a ditadura civil-militar foi amplamente utilizado como uma forma de legitimação do período. Principalmente entre 1969 e 1973 o

país mostrou um crescimento altíssimo e baixíssimos índices de inflação, conjugados com obras monumentais e um ufanismo exaltado pelas realizações do governo ditatorial. O período ficou conhecido como “milagre econômico” e foi insistentemente visibilizado e amplificado pela mídia na época – o país era o “Brasil Grande”, o “país do futuro”, a “potência emergente no cenário mundial”. Nessa categoria, verificamos como os editoriais de *Zero Hora* referiram-se ao progresso, ao desenvolvimento econômico e às conquistas do governo instaurado a partir do golpe civil-militar de 1964.

Em diversos editoriais ao longo da ditadura civil-militar brasileira, *Zero Hora* enumera realizações alcançadas a partir do “Movimento Revolucionário de 1964”. Os discursos do periódico também intensificam as conquistas e transformações positivas da “Revolução” ao compará-las explicitamente com o Brasil anterior a 1964, governado por Goulart e marcado por uma crise econômica e política.

De cinco anos a esta parte, quando nova mentalidade administrativa se instaurou no País é que a executora da política no monopólio estatal do petróleo começou realmente a produzir frutos (E2, *Zero Hora*, 01 de abril de 1969, p. 6).

Nos últimos sete anos construíram-se mais estradas, pavimentaram-se mais vias de transporte do que em toda a história do País (E4, *Zero Hora*, 31 de março de 1971, p. 6).

Em todos os recantos do País novas usinas estão sendo construídas e outras ampliadas (E4, *Zero Hora*, 31 de março de 1971, p. 6).

Da vitória revolucionária a esta parte, Brasil e brasileiros passaram por um processo de transformação que, pelos estrangeiros, à falta de uma explicação convencional, o

nosso caso é classificado como **milagre brasileiro** (em negrito no original) (E6, *Zero Hora*, 30 de março de 1972, p. 4).

Pode-se notar ainda nos editoriais analisados a tentativa de ressaltar a importância da coletividade para a “construção do Brasil Grande”, bem como a intensificação das conquistas da “Revolução” através do uso de termos como “grande potência”, “potência emergente” e “milagre econômico” para referir-se ao desenvolvimento econômico brasileiro do período. Nesse sentido, *Zero Hora* utiliza amplamente seus editoriais, a sua “tribuna” (BELTRÃO, 1980) para a divulgação das conquistas e avanços da “Revolução”, contribuindo para a construção de legitimidade de seus governos.

“A vitória da democracia”

Em regimes autoritários, como o que durou 21 anos no Brasil, a reafirmação constante dos ideais que motivaram a ruptura institucional, bem como o reforço insistente dos objetivos que guiam os “governos revolucionários” são uma prática necessária para a legitimação e manutenção do regime. Na quinta e última categoria – “A vitória da democracia” – encontramos nos editoriais de ZH marcas da construção de discursos com finalidade de reafirmação do ideário revolucionário, seus princípios, ideologias e objetivos.

No discurso do E1, de 1967, por exemplo, são destacados alguns “princípios básicos da revolução de 1964”, dentre eles “a manutenção da democracia, a salvaguarda do direito à propriedade, a paz social e a ordem pública”. Além desses princípios, o editorial reforça

também que uma das aspirações dos “revolucionários” era a cura da economia nacional, em crise no período anterior à sublevação militar. Em outros editoriais, os objetivos da “Revolução” giram em torno da “construção da nação”, como o E5, de 1971, que afirma claramente: “Em verdade, a mensagem do 31 de Março de 1964 foi, é e continuará sendo a de construir o futuro da Pátria”.

Ao mesmo tempo em que os editoriais de ZH transformam-se em um espaço de reafirmação do ideário e dos objetivos do “movimento revolucionário”, também contribuem para a continuidade do regime ditatorial vigente. Da mesma forma, essa contribuição fica evidente quando ZH elabora discursos que reforçam seu posicionamento editorial e ideológico favorável à continuidade da “Revolução”, como no trecho abaixo:

[Reafirmação] da esperança e da certeza de que a obra continua a ser erguida em benefício de todos, e de que as conquistas obtidas jamais serão perdidas. Reafirmação da certeza de que a obra continua (E10, *Zero Hora*, 31 de março de 1976, p. 4).

Outra forma de reafirmação do ideário revolucionário pode ser percebida nos discursos de ZH através da exposição de conquistas alcançadas pela “Revolução”, particularmente no campo econômico, uma vez que “curar a economia nacional” estava entre as metas dos “revolucionários de 64”. Outros “objetivos permanentes” para o país são enumerados no E9, de 1975, como a “integridade nacional”, a “unidade e soberania nacionais”, a “paz social” e a “democracia representativa”.

De maneira geral, os editoriais de *Zero Hora* reforçam a concepção de que o

“movimento renovador de 1964” buscava a restauração democrática brasileira. Esses discursos contribuem para a reafirmação de um ideal revolucionário baseado na paz, na ordem e na democracia como os motivos desencadeantes do golpe de estado que deflagrou 21 anos de ditadura no Brasil. Essa reafirmação do ideário revolucionário observada nos editoriais em ZH, por sua vez, contribui para a legitimação da ditadura.

Sobre silêncios e ideologias – considerações finais

É importante ressaltar que entendemos que a opinião do jornal não se manifesta exclusivamente em seus espaços tradicionalmente opinativos, embora seja no editorial onde ela está mais explícita e claramente identificada como tal, servindo de maneira ideal para responder os questionamentos propostos nesse artigo.

Quando *Zero Hora* afirma em seus editoriais que o “Movimento Revolucionário de Março” era “necessário” frente a um governo ineficiente, que levava o país ao caos econômico e social e ainda ressalta que a situação era insustentável e que levaria o país ao abismo, nota-se que o jornal legitima a intervenção militar. Da mesma forma, a construção de discursos que associam o governo Goulart ao comunismo, paralelamente à divulgação de discursos anticomunistas revela a tentativa de legitimação da ruptura institucional e da ditadura instaurada a partir dela. Ao mesmo tempo, deixa entrever um acordo entre seu posicionamento editorial com a

visão ideológica vigente no período.

De maneira ainda mais explícita, *Zero Hora* contribui para a legitimação de um governo arbitrário e inconstitucional ao construir discursos que associam a deflagração do golpe civil-militar com o início de uma “nova Nação”, caracterizando-a, simultaneamente, como um período de esperança, de otimismo, de harmonia, de ordem, de crescimento acelerado e de confiança num futuro melhor. Ao promover a exaltação da data do aniversário do golpe civil-militar, ao reforçar as transformações econômicas e sociais dessa nova fase e ao produzir discursos que remetam a sentimentos patrióticos, de valorização da nação e de espírito cívico, o periódico contribui para a legitimação e a continuidade da ditadura civil-militar.

Destacamos ainda que a divulgação do desenvolvimento econômico alcançado durante a ditadura civil-militar era amplamente utilizada pelos “governos revolucionários” como uma forma de legitimação. Nesse sentido, como pudemos ver na análise, *Zero Hora* também contribuiu para a legitimação do período, através da oferta de discursos que tematizavam a amplificação dos progressos e das conquistas econômicas da “Revolução”. A ampla divulgação do crescimento econômico também funcionou como uma forma de reafirmação dos objetivos dos governos relacionados ao campo da economia, procurando demonstrar como as metas estavam sendo cumpridas e como os “revolucionários” se mantinham fiéis à “Revolução”.

A reafirmação do ideário revolucionário também é um importante fator para a

legitimação de um governo arbitrário e, conforme percebemos no decorrer da análise, *Zero Hora* produziu discursos com esse tom. Ao dedicar amplo espaço de seus editoriais para ressaltar os objetivos e princípios que motivaram o “Movimento Revolucionário”, ao caracterizá-lo como um movimento “democrático” e “restaurador”, o periódico revela a posição ideológica que adotou ao longo do período analisado.

Ressaltamos também que a ruptura institucional que instaurou 21 anos de ditadura no Brasil, nunca foi tratada como golpe de estado pelos editoriais de *Zero Hora* durante o período analisado. As referências discursivas eram: “Movimento Revolucionário”, “Movimento de Março”, “Revolução”, “Movimento Renovador”. Constatamos também que os editoriais de ZH nunca usaram o termo “ditadura” para referir-se ao período iniciado a partir de 1964 e a única vez em que essa palavra é mencionada é justamente para negar sua existência frente aos leitores. As referências a ações, atitudes ou posicionamentos do governo procuram sempre ressaltar aspectos positivos.

Não há marcas discursivas que remetam a críticas, denúncias, questionamentos, violências institucionais, repressão, arbitrariedades, desaparecimentos, torturas ou mortes nos editoriais analisados. Nesse sentido, não podemos esquecer aquilo que não é dito pelo jornal, pois os silêncios também falam e o que não é dito possui tanta força quanto aquilo que é dito (BENETTI, 2010). Também não foram retratados nos editoriais de aniversário do golpe os conflitos existentes entre o governo repressivo e os diferentes campos sociais. Durante

o período ditatorial houve parcelas da sociedade organizadas na resistência e na luta contra as arbitrariedades dos governos. Movimentos estudantis, grupos de luta armada, parcelas da Igreja, sindicatos e organizações trabalhistas foram algumas das instituições que constantemente entraram em confronto com a ditadura civil-militar brasileira. Apesar disso, esses conflitos não foram incluídos nos discursos produzidos para os editoriais nos aniversários do golpe em *Zero Hora*.

Dessa forma, procuramos entender as razões do silêncio sobre essas questões em um espaço destinado à opinião institucional. Por que as críticas e contradições da ditadura não se refletiam nos editoriais analisados? A partir disso, poderíamos pensar em algumas possíveis pistas para os silenciamentos de *Zero Hora*, como a obtenção de vantagens econômicas, a censura imposta à mídia ou o medo de represálias. O jornal, assim como a imprensa em geral da época, sofreu com a censura – particularmente após o AI-5 – e possivelmente existia o medo de represálias, tanto entre os jornalistas quanto na instituição como um todo.

Tampouco podemos desconsiderar a relação íntima e histórica da mídia com os centros de poder e de como a imprensa se utilizava dessa proximidade para a obtenção de vantagens econômicas, na forma de financiamentos, propagandas políticas, investimentos ou modernização. No entanto, a análise realizada para essa pesquisa mostra que a questão é mais complexa e aponta para um alinhamento ideológico entre a instituição jornalística *Zero Hora* e os “governos revolucionários”.

A escolha pela análise de editoriais, nesse caso, é oportuna para fazermos afirmações dessa ordem, uma vez que os editoriais nos permitem estar em contato com o lugar destinado tradicionalmente à opinião institucional, o lugar da opinião e visão ideológica da empresa jornalística. Como o posicionamento e ideologia da mídia tomam forma através dos discursos, referindo a conjuntura histórica através de construções próprias, a seleção dos editoriais configura-se como ideal para analisarmos o posicionamento do jornal frente ao episódio que deflagrou a ditadura no Brasil. Nesse sentido, podemos afirmar que as cinco categorias criadas para a análise dos editoriais de *Zero Hora* evidenciam a relação intrínseca entre os discursos do periódico e sua exterioridade, revelando como os discursos são construídos a partir de posicionamentos, interesses, visões e ideologias.

Referências bibliográficas

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Um relato para a história: Brasil: nunca mais**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinitivo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RS: Vozes, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho. Lições de 1964. In: PADRÓS, Enrique S. et al (Org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964**. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol. 1.

MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>